

**AÇÃO COLETIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:
um olhar para a Reserva Extrativista Marinha de Cururupu/MA****COLLECTIVE ACTION IN CONSERVATION UNITS:
an examination of the Marine Extractive Reserve of Cururupu/MA****ACCIÓN COLECTIVA EN UNIDADES DE CONSERVACIÓN:
un análisis de la Reserva Extractiva Marina de Cururupu/MA****Cíntia Raquel Soares Pinheiro**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão, Especialista em Gestão Empresarial pela Escola de Negócios Excellence e Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão. Foi professora substituta do Curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão - Campus São Bernardo. Atua como pesquisadora no Grupo de Estudos em Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e no Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPH). Experiência em elaboração e gestão de eventos científicos e culturais, projetos, pesquisas científicas e de mercado, inventariação turística, produção de material técnico e didático-instrucional e ministra aulas nas áreas de turismo, gestão, políticas públicas e correlatas.

E-mail: cintiapinheiro03@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7067-3129>

Sylvana Kelly Marques da Silva

Doutora em Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFPR. Pesquisadora e Professora Adjunta na Universidade Federal do Maranhão. Realizou Doutorado Sanduíche na Universidade de Washington (EUA) no Henry M. Jackson School of International Studies - Latin American and Caribbean Studies, sobre orientação do Professor Jonathan Warren. Mestre em Turismo (UFRN), na área de concentração: Turismo, Desenvolvimento regional/local e Gestão. Especialista em Gestão e Estratégia de Marketing. Foi bolsista da CAPES, em decorrência da primeira colocação no processo de seleção do mestrado e doutorado. Integrante do projeto de pesquisa Novas Rotas do Turismo Religioso no RN e Festas Religiosas: Perspectivas e desafios das políticas de turismo religioso no estado do Rio Grande do Norte. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura (GEPMADEC), na linha de pesquisa 1: Imaginário Cultural e Meio Ambiente, da UFMA/Campus de São Bernardo. Participa na "Rede de Pesquisa em Turismo Religioso - NE" com o sub-projeto integrado "Entre o Desenvolvimento e a Pandemia: caminhos para o Turismo Religioso no Baixo Parnaíba Maranhense".

E-mail: sylvana.kelly@ufma.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5839-4562>

RESUMO

Este artigo é uma análise das ações coletivas mobilizadas pelas lideranças comunitárias da Reserva Extrativista – Resex – de Cururupu, no estado do Maranhão, articuladas à gestão compartilhada da unidade, mediada pelo Conselho Deliberativo presidido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Para interpretar tais dinâmicas, realizamos uma incursão etnográfica associada aos relatos de vidas das lideranças comunitárias e entrevistas compreensivas com os responsáveis do Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do ICMBio. Tratamos das divergências encontradas nos relatos amparados na “Teoria do enquadramento” (SNOW 2013), na abordagem pragmática da ação coletiva (CEFAÏ, 2009) e nos momentos de prova propostos por Boltanski e Thévenot (1991). Consideramos que o imaginário que formata os arranjos locais - entre o grupo e instituições – apesar de se alicerçar nas forças endógenas, está perpassado por concepções pretéritas que indicam a permanência de lógicas excludentes agenciadas pela história da subjugação socioespacial existente com o colonialismo. No território encontramos a luta por direitos sociais, tais como: o recebimento do Seguro Defeso, a organização do pescador artesanal, a celebração de convênios e projetos, a continuidade das ações dispostas no Plano de Manejo, a atualização do Cadastro dos Moradores e a fiscalização dos crimes socioambientais. Apesar dos desafios, os envolvidos mantêm em sua coletividade, práticas culturais, celebram suas vivências e constroem relações solidárias, o que favorece a transfiguração das lógicas opressoras originadas pela matriz simbólica moderna, que ancoradas no racismo, patriarcado e privatização do bem comum, precisam ser superadas.

Palavras-chave: Ação coletiva. Resex. Governança ambiental. Espaços comunitários.

ABSTRACT

This article is an analysis of the collective actions mobilized by community leaders of the Extractive Reserve (Resex) of Cururupu in the state of Maranhão, Brazil, in conjunction with the shared management of the unit mediated by the Deliberative Council presided over by the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio). To interpret these dynamics, we conducted an ethnographic immersion combined with life stories of community leaders and comprehensive interviews with the responsible individuals from the Integrated Management Nucleus (NGI) of ICMBio. We address the discrepancies found in the accounts supported by the "framing theory" (SNOW 2013), the pragmatic approach to collective action (CEFAÏ, 2009), and the moments of proof proposed by Boltanski and Thévenot (1991). We consider that the imagery that shapes local arrangements - between the group and institutions - despite being grounded in endogenous forces, is permeated by past conceptions that indicate the persistence of exclusionary logics perpetuated by the history of socio-spatial subjugation associated with colonialism. In this territory, we find the struggle for social rights, such as receiving the Defeso Insurance, organizing artisanal fishermen, celebrating agreements and projects, maintaining the actions outlined in the Management Plan, updating the Resident Registry, and monitoring socio-environmental crimes. Despite the challenges, those involved maintain within their community cultural practices, celebrate their experiences, and build supportive relationships, which facilitate the transformation of oppressive logics rooted in the modern symbolic framework, anchored in racism, patriarchy, and the privatization of the common good, which need to be overcome.

Keywords: Collective action. Resex. Environmental governance. Community spaces.

RESUMEN

Este artículo es un análisis de las acciones colectivas movilizadas por líderes comunitarios de la Reserva Extractiva – Resex – de Cururupu, en el estado de Maranhão, vinculadas a la gestión compartida de la unidad, mediada por el Consejo Deliberante presidido por el Instituto Chico Mendes de Conservación de la Biodiversidad (ICMBio). Para interpretar dicha dinámica, realizamos una incursión etnográfica asociada a la vida de líderes comunitarios y entrevistas integrales con responsables del Centro de Gestión Integrada (NGI) del ICMBio. Abordamos las divergencias encontradas en informes basados en la “Teoría del Framing” (SNOW 2013), el enfoque pragmático de la acción colectiva (CEFAÏ, 2009) y los momentos de prueba propuestos por Boltanski y Thévenot (1991). Consideramos que el imaginario que da forma a los arreglos locales -entre el grupo y las instituciones-, a pesar de estar basado en fuerzas endógenas, está permeado por concepciones pasadas que indican la permanencia de lógicas excluyentes provocadas por la historia de subyugación socioespacial existente con el colonialismo. En el territorio

encontramos la lucha por derechos sociales, como: recibir el Seguro Defeso, la organización de pescadores artesanales, la firma de convenios y proyectos, la continuidad de las acciones previstas en el Plan de Manejo, la actualización del Registro de Residentes. e inspección de delitos socioambientales. A pesar de los desafíos, los involucrados mantienen prácticas culturales en su colectivo, celebran sus experiencias y construyen relaciones de apoyo, lo que favorece la transfiguración de lógicas opresivas originadas en la matriz simbólica moderna, que, anclada en el racismo, el patriarcado y la privatización del bien común, necesita para ser superado.

Palabras clave: Acción colectiva. Resexo. Gobernanza ambiental. Espacios comunitarios.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte de uma pesquisa mais ampla que iniciou com estudos monográficos e hoje, encontra-se no momento de construção de uma tese. Tendo como objeto de pesquisa as unidades de conservação, aqui priorizamos a Reserva Extrativista – Resex de Cururupu/MA. Examinamos as estratégias e adaptações fomentadas por lideranças comunitárias sob um cenário de desmonte de políticas públicas ambientais, de desprezo imposto aos povos e comunidades originários e tradicionais e seus espaços de vivência, na época pelo maior representante público do Estado, associadas ao contexto pandêmico, decorrente da COVID-19. O objetivo da pesquisa é contribuir com o debate que envolve a mobilização da ação coletiva e a sua natureza interna em momentos de crise, bem como suas estratégias de aproximação com o poder público.

Sabemos que o Brasil é um país com histórico dramático de conflitos internos por posse de terras, marcados pelo massacre social e genocídio das populações originárias em prol de uma oligarquia dominante, ligados à defesa da grande propriedade. No que diz respeito aos aspectos ambientais, nos últimos anos intensificou-se o modelo agroexportador às custas da floresta nativa, com ataques às legislações ambientais e direitos das comunidades tradicionais, principalmente, após o golpe de 2016 (MOIZES, 2021). As políticas públicas com fins sociais, focadas na redução das desigualdades e das injustiças estão conjugadas ao Estado, marcado pelo estamento com o seu controle patrimonialista. As ambientais, apesar da robustez do arcabouço legislativo brasileiro, têm sua ação efetiva limitada e sujeita a ataques, que se intensificaram sobremaneira a partir dos últimos governos (FAORO, 2001).

Sobre a última afirmação, chamamos a atenção para o silêncio dos vencedores (OLIVEIRA, 2001) que é fabricado em um campo de solidariedade familiar, composto pela ideologia elitista (JESSÉ SOUZA, 2022) e o elitismo antiético (WARREN, 2019), espraia-se

nas principais instituições do país favorecendo que seus membros se mantenham no topo da dominação cultural, econômica e política. Nesse campo de pesquisas o NEP- Núcleo de Estudos e Pesquisas Paranaenses tem se envolvido na análise das relações de poder e classes dominantes com abordagens genealógicas amplas, biografias, estudos prosopográficos e estudos comparativos entre estados, que apontam a reprodução latente do familismo no Brasil favorecendo a manutenção das desigualdades sociais, econômicas, políticas, jurídica e até mesmo científica. São pesquisas que abarcam grupos familiares nas suas relações com o latifúndio, os cartórios, o sistema judicial, as famílias político-midiáticas, inserção nos aparelhos do Estado, etc. (OLIVEIRA, 2014; OLIVEIRA & GOULART, 2021; PEREIRA, 2020).

Por outro lado, o Estado é a instituição capaz de absorver as demandas da sociedade civil e impor restrições ao capital a fim de possibilitar um equilíbrio das divergências de classe (ALTHUSSER, 1978; POULANTZAS, 1980; 2019), incluindo-se as que incidem sobre o meio ambiente, com grande pressão do cenário internacional (ROCHA e BARROS, 2022). Tais demandas resultam da atuação e da força dos seus representantes e materializa-se com o apoio de “ativistas em arenas de formulação e implementação de políticas públicas, tais como o orçamento participativo e conselhos gestores.” (ABERS, BÜLOW; 2011, p. 37). Essa intersecção pôde ser vista no movimento ambientalista pela criação e institucionalização de territórios protegidos (ALMEIDA; 2004, 2005).

Para operacionalização desta pesquisa, as perspectivas da sociologia política e histórica têm sido centrais. Em uma incursão etnográfica, nos debruçamos sobre os relatos de vida focados em uma perspectiva etnossociológica (BERTAUX, 2020) com a interlocução dos comunitários, que vem sendo coletados desde o ano de 2011, a partir de investigações realizadas no período de estágio curricular no Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), além de pesquisas acadêmicas, que partem de um escopo mais amplo, desenvolvidas para construção de monografia, dissertação e tese.

No Maranhão¹, a Reserva Extrativista Marinha de Cururupu – unidade de conservação circunscrita na categoria “uso sustentável” – carrega consigo algumas

¹ Vale destacar que o Maranhão é o estado com o segundo menor IDH-Índice de Desenvolvimento Econômico do país, marcado por opressões acumuladas por meio do sistema colonial, sendo na atual conjuntura um dos territórios nacionais com maiores índices de conflitos agrários, ameaças e violência contra a população tradicional, desmatamento e para mais informações ver: CASTRO, 2021; FATAEMA, 2020; 2021; FIOCRUZ, 2021; SILVA, 2023; ROCHA E BARROS, 2022.

especificidades marcadas pela ação coletiva (TILLY, 1996), tais como a organização em busca da garantia do controle territorial e do patrimônio pesqueiro por intermédio da articulação dos moradores, o que foi identificado por Pereira e Teixeira (2016). A ação coletiva integrada se deu pela pressão e consequências da pesca desordenada em caráter industrial exercida por pescadores de outras localidades e de outros estados. Contudo, o principal articulador para sua consolidação foi a Prefeitura de Cururupu, diferente do que ocorreu em outras RESEX do país².

A RESEX de Cururupu atualmente é gerida por um Conselho Deliberativo, instituído pela Portaria nº 35 de 2011. Trata-se de um órgão colegiado presidido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Entretanto, mesmo após a conquista de diversos avanços³ institucionais desde a sua criação, a reconfiguração do território em uma Área Protegida ainda não foi capaz de suprir efetivamente as necessidades das comunidades locais; sobretudo a respeito de direitos básicos e proteção do patrimônio pesqueiro. Estes fatores ensejam lutas diárias e mobilizações coletivas.

A principal⁴ organização comunitária reside na Associação dos Moradores da Resex de Cururupu (AMREMC ou Associação Mãe), que recentemente foi registrada pela Receita Federal e possui um CNPJ. As demandas estão relacionadas ao recebimento do Seguro Defeso, organização do pescador artesanal, celebração de convênios e projetos e, principalmente, articulação e contato com o ICMBio para continuidade das ações dispostas no Plano de Manejo, atualização do Cadastro dos Moradores e fiscalização de crimes socioambientais.

Tangencialmente, as mulheres têm se articulado em organizações nacionais como a Rede de Mulheres Pescadoras e na Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM), e se constituído como lideranças importantes para o recebimento do Seguro Defeso através da coordenação de monitoramento biológico da Pescada Amarela, em parceria com o instituto Rare e forte atuação no Sindicato dos Pescadores.

² De acordo com Pereira e Teixeira (2016) a criação da Resex de Cururupu deu-se a partir das seguintes parcerias: Sindicato dos Pescadores de Cururupu, Centro de Apoio e Pesquisa ao Pescador Artesanal do Maranhão (CAPPAM), Coordenação da Agenda 21 de Cururupu e Prefeitura de Cururupu em um momento onde havia a gestão simultânea de Sarney Filho no Ministério do Meio Ambiente e sua irmã, Roseana Sarney no Governo do Estado. Agenda 21 também teve grande influência e chegou a Cururupu ano 2000. O município se destacou como um dos mais ativos entre os seis do Maranhão que adotaram a iniciativa. De todo modo, existem contradições em tais informações, para maiores detalhes ver: COSTA, 2016 p.183-184.

³ Dispõe do Acordo de Gestão instituído em novembro de 2010 por meio da Portaria nº 122. Do Perfil da Família Beneficiária. Do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) e do Plano de Manejo.

⁴ Segundo um dos entrevistados, a AMREMC é a associação “guarda-chuva e o laço que une todos os moradores”.

Os gestores do ICMBio, que detém a cogestão do território, atualmente, sob responsabilidade do Núcleo de Gestão Integrada (NGI)⁵, apontam que a prioridade da gestão será trabalhar em duas frentes: desenvolvimento socioeconômico para a comunidade e diminuição da vulnerabilidade econômica tendo como estratégia o Turismo de Base Comunitária (TBC)⁶ e a Pesca Esportiva, além de ações de proteção, monitoramento e fiscalização da biodiversidade.

Os últimos relatos de vida foram coletados entre junho e agosto de 2022. A entrevista com três representantes do NGI ocorreu em janeiro de 2022, ocasião em que nos aproximamos desse novo modelo de gestão e também em junho de 2023. O material foi gravado e transcrito em um processador de texto e as informações obtidas corroboradas por fontes secundárias, tais como sites institucionais, notícias jornalísticas veiculadas em portais e artigos científicos, uma vez que os relatos de vida (BERTEAUX, 2020) precisam ser validadas por outras fontes (DELLA PORTA, 2014). Por identificarmos múltiplos atores que nem sempre convergem, nos amparamos na “teoria do enquadramento” de Snow (2013), na abordagem pragmática da ação coletiva em Cefaï (2009) e nos momentos de prova propostos por Boltanski e Thévenot (1991).

CONFLITOS E CONTRADIÇÕES NA GOVERNANÇA SOCIOAMBIENTAL: UMA AGENDA DO ESTADO?

As concepções de desenvolvimento que emergem na segunda metade do século XX, ancoradas na ideia de progresso, se materializam como meta a ser atingida por todos os países. No que tange às forças produtivas em países colonizados com foco na economia primária, como é o caso do Brasil, o desenvolvimento é direcionado por um pacote tecnológico que visa substituir as bases técnicas tradicionais da agricultura, sob o nome de Revolução Verde. Esse tipo de produção demanda grande quantidade de recursos hídricos para irrigação e produz a dependência crescente da utilização dos insumos químicos; uma vez que as sementes oferecidas pelo “pacote tecnológico” só mantêm seu “alto desempenho” por meio do uso crescente de

⁵ Política de Integração e Nucleação Gerencial – PINGe do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade instituído pela Portaria ICMBio nº 102, de 10 de fevereiro de 2020.

⁶ O TBC tem por objetivo declarado enaltecer os bens simbólicos, culturais, materiais e naturais do território e proporcionar às comunidades residentes uma alternativa econômica.

fertilizantes e agrotóxicos (FURTADO, 1975; PEREIRA, 2012). Do ponto de vista ecológico, é inerentemente insustentável.

Tal revolução consistiu em uma política estatal nacional iniciada durante a ditadura militar com um sistema de política agrícola com base na desoneração dos riscos produtivos e incentivo a integração técnica agricultura-indústria. Foram políticas públicas que atuaram incisivamente na manutenção das desigualdades da estrutura agrária, sem considerar interesses de trabalhadores e comunidades rurais, na verdade, agindo contra esses interesses em prol do grande latifúndio de terras, o que constituiu um mercado de terra totalmente desregulado (ALMEIDA, 2004; 2005; DELGADO, 2012).

Essa ótica trouxe, em sua esteira, consequências catastróficas para o meio ambiente e a qualidade de vida dessas populações (ALMEIDA, 2004). A partir da década de 1970, essa visão começa a ser questionada, principalmente, no que concerne à degradação ambiental, uma vez que distintos estudos provam que esse padrão econômico com percepções homogeneizadoras das relações sociais não pode ser admitido como mundial por colocar em risco a vida humana no planeta terra (FURTADO, 1975). A crítica aos padrões hegemônicos do desenvolvimento econômico une-se a outros vários acontecimentos, entre eles a organização dos movimentos sociais de contracultura que ganharam força na década de 1960; a crise do petróleo na década de 1970, o lançamento do livro *The limits to growth* e Primavera Silenciosa, além da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano em Estocolmo (SACHS, 2000).

Nessa conjuntura surgem os debates sobre a sustentabilidade⁷. Os ambientalistas afirmam a sustentabilidade como possibilidade do primado dos interesses sociais coletivos e de uma nova ética do comportamento humano, com transformações estruturais no modelo econômico a fim de reverter os quadros de miséria social e degradação ambiental. Esse é um parecer extraído do Seminário "A Sociedade Brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92"; Brasília, 12 a 14 de setembro de 1991. Os debates não atingiram as pretensões esperadas, mas abriram espaços para avanços, institucionalizando questões ambientais na esfera estatal com o tripé da sustentabilidade econômica, ambiental e social.

⁷ A sustentabilidade é um termo tomado da ecologia, refere-se à tendência dos ecossistemas à estabilidade, à homeostase, ao equilíbrio dinâmico, baseado na interdependência e complementaridade das formas de vidas diversificadas.

A circunstância mencionada – de articulação política e luta dos movimentos sociais para a defesa da sociobiodiversidade – fez surgir na década de 1990 as Reservas Extrativistas (RESEX), em um momento atrelado não somente ao contexto nacional, mas também internacional no qual as pressões de grupos – como os seringueiros e pela imortalizada figura do Chico Mendes – construíram essa modalidade de Unidade de Conservação, na qual os Povos e Comunidades Tradicionais tiveram reconhecidos os seus direitos de partícipes ativos da ação pública⁸ nos territórios que tradicionalmente habitam⁹ (ALMEIDA; 2004, 2005; ALLEGRETTI, 2008; ALMEIDA, ALLEGRETTI, 2018).

Todavia, o modelo de agricultura gestado na ditadura militar entra em crise, e as Resex surgem em um processo de redemocratização do país, em que o Estado adota o neoliberalismo. Fernando Collor, então presidente, busca vincular a imagem do país à sustentabilidade para ganhar respaldo no cenário internacional, em um período de crise do setor rural e da própria macroeconomia liberal, situação central para que o governo seguinte constituísse no país uma “economia do agronegócio” (DELGADO, 2012).

Em síntese, a prioridade ao agronegócio no Brasil trata-se da escolha por uma economia nacional baseada em um modelo de produção agrícola, setor primário da economia, como forma principal de inserção do país no mercado internacional. Isso, desconectado de qualquer obrigação de abastecimento interno, com grande exploração de terras e dos recursos naturais. Agrega-se a manutenção dos contornos históricos e sociais do colonialismo, tais como a violência, o racismo e o patriarcado que formatam uma realidade complexa e desafiadora para os povos do campo e seus espaços. Realidade essa, legitimada por imaginários ortodoxos que segregam, estereotipam e até desumanizam as comunidades tradicionais, estigmatizando-as sob o manto do atraso (ALMEIDA, 2004; 2005).

Especificamente no Maranhão, é criada a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Cururupu¹⁰, por meio de decreto presidencial de 02 de junho de 2004¹¹, a unidade localiza-

⁸ O termo ação pública é utilizado por levar em consideração as múltiplas interações dos atores circunscritos em níveis diversos no qual o Estado não ocupa mais uma posição dominante (PEREIRA, TEIXEIRA; 2016).

⁹ Para mais informações sobre as Reservas Extrativistas ver: WWF. Reservas extrativistas: o que são e qual a importância da principal herança de Chico Mendes, 20 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?81168/Reservas-extrativistas-o-que-sao-e-qual-e-a-importancia-da-principal-heranca-de-Chico-Mendes#:~:text=Pouco%20mais%20de%20um%20ano,de%20decreto%20do%20governo%20federal>.

¹⁰ O território engloba a zona costeiro-marinha dos municípios de Cururupu e Serrano do Maranhão, sendo Cururupu o principal foco e Apicum-Açu o município logisticamente mais próximo.

¹¹ Para mais informações sobre a Resex e acesso a documentos legais ver: Brasil, Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Listas de UCS. Resex de Cururupu. Disponível em:

se no litoral do Maranhão, nos municípios de Cururupu e Serrano do Maranhão. É uma Unidade de Conservação (UC) Federal de Uso Sustentável. A relevância socioambiental da área é inquestionável¹². Socialmente chama a atenção o fato de a Resex ter sido organizada majoritariamente por ações setoriais aplicadas por políticas públicas. Houve um contexto favorável para a implementação da Agenda 21 e atuação do CNPT/IBAMA, além das políticas do governo do estado, com forte ênfase no Desenvolvimento do Ecoturismo, a partir da sua inserção no Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão, que tinha como critério a implementação da Agenda 21, além do apoio do Ministério do Meio Ambiente (PEREIRA, TEXEIRA, 2016).

O território dispõe de uma área de 185.046 hectares composta por 04 (quatro) arquipélagos, que englobam 15 (quinze) ilhas, sendo 13 (treze) habitadas, constituindo-se, assim, em uma das maiores RESEX marinhas do Brasil (ver: Mapa 01). É habitado por 1.229 famílias, que vivem da agricultura de subsistência, pequenos comércios, prestação de serviços e exploração do bioma marinho (MMA, 2017). Por se tratar de um novo território da ação pública local, a RESEX de Cururupu possui regras próprias para a utilização do solo baseadas no controle da conversão das áreas naturais (BRASIL, 2000; PEREIRA, TEIXEIRA, 2016).

Por outro lado, existiu a implementação de energia eólica, agora desativada, mas em início com propostas de ampliações. Os benefícios prometidos, especialmente quanto à geração de empregos, praticamente inexistentes, principalmente, quando comparados ao comprometimento dos recursos naturais como a retirada da vegetação, alterações na pesca e criação de animais devido às restrições no uso e acesso à área.

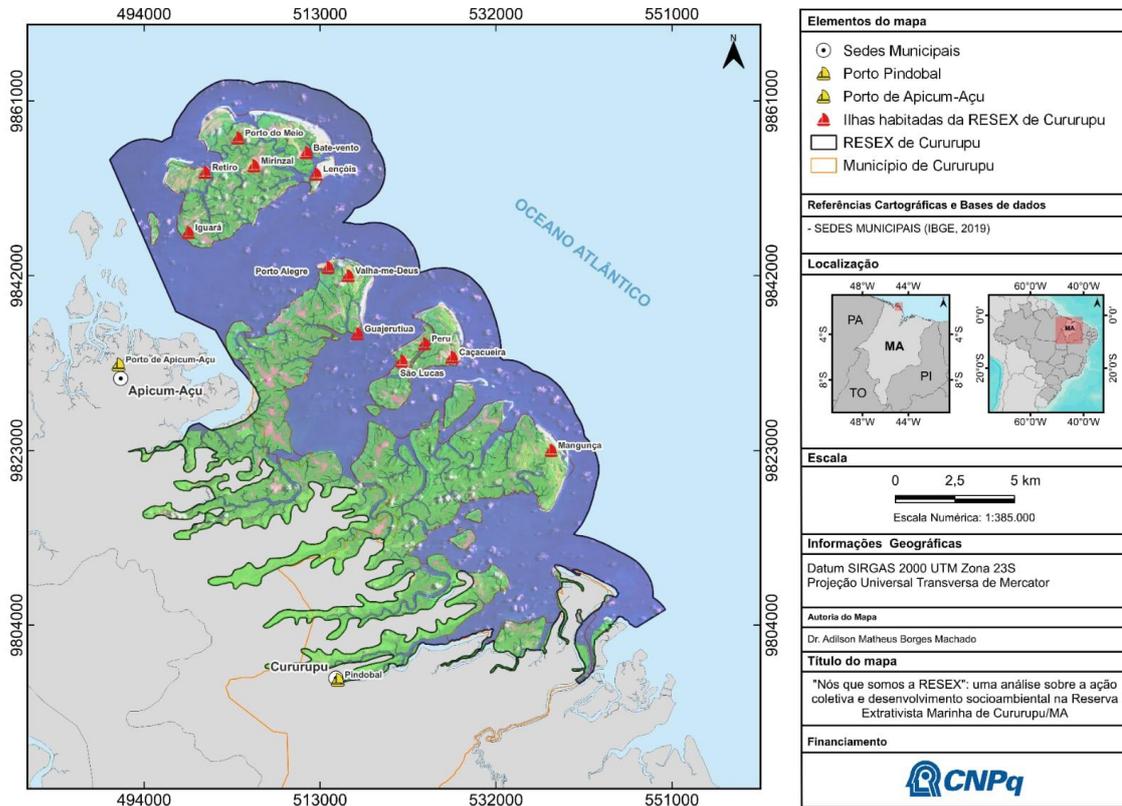
É o que Marx (2017) define por “ruptura metabólica”. A produção e reprodução material da vida no capitalismo é estruturada pela necessidade imperativa de produção de valor, se do ponto de vista ecológico é irracional a destruição da base fundamental da sua reprodução: a natureza, na ótica do capital essa destruição é racional. Isso porque as relações da produção capitalista não partem da necessidade de se manter o equilíbrio do metabolismo entre humanos e natureza, mas somente pela valorização do capital estabelecendo interações entre natureza/humano.

<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-de-cururupu>. Acesso em 10 de outubro de 2023.

¹² Segundo o ICMBio (2015), a unidade dispõe de 90% de manguezais preservados, além deter a maior área contínua de manguezal do mundo.

De acordo com a análise espacial da estrutura das paisagens da reserva nos últimos anos, existiu um impacto crescente devido as mudanças globais, especialmente climáticas, que modificam a cobertura vegetal e ocasionam erosão do solo (MACHADO, *et. al.*, 2022).

Mapa 1: Reserva Extrativista Marinha de Cururupu/MA



FONTE: IBGE (2019).

Por tratar-se de um complexo estuarino, interligado por canais chamados de ‘furos’ recortados por inúmeros igarapés, cobertos por manguezais, que hospedam várias espécies de peixes, crustáceos e moluscos como também aves, especialmente as migratórias, o município é o segundo maior produtor de pescado do Maranhão e a sua potencialidade ecológica e turística continua bastante exaltada (BRASIL, 2000; MMA, 2017; PEREIRA, TEIXEIRA, 2016). O que torna esse recorte geográfico de grande relevância.

A economia da Resex está imersa em relações estruturais contraditórias; desde os primeiros diálogos para sua institucionalização, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso optava pela especialização primária para a inserção do país no mercado global com intensa exploração dos recursos naturais. No Maranhão, a grande influência do familismo e suas estratégias de reprodução do poder, nos aparelhos do Estado. Ressalta-se o José Sarney Filho como Ministro do Meio Ambiente, no mesmo momento em que a Roseana Sarney, sua irmã, era governadora do estado, sendo Cururupu uma das bases políticas eleitorais da família Sarney.

Em 2006 é divulgado no jornal O Estado do Maranhão, de 29.05.2006, o reconhecimento de líderes políticos de Cururupu a membros da família Sarney, com a manchete: “Líderes de Cururupu reafirmar apoio a Roseana e a Sarney Filho”, onde se abre outra manchete intitulada Grupo reconhece contribuição dada pelos dois parlamentares àquele município (...) vem no sentido de reafirmar a base política eleitoral que representa a região Cururupu à família Sarney (COSTA, 2016, p.188-189)

A contradição está no próprio processo econômico, que pressiona as alterações socioespaciais e a consequente exploração dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que as pressões locais, nacionais e internacionais apontam para a manutenção desses recursos naturais. em um Estado em que as antigas forças da ordem de natureza colonial, ainda estão dispostas. Todavia, a única instituição da ordem capitalista com capacidade de frear ou mitigar de maneira significativa essas crises é o Estado, com a sua função contraditória de manter a ordem entre interesses irreconciliáveis. Isso por meio de limites impostos às classes dominantes, principalmente, por meio das leis ambientais “enquanto produto ou resultado do embate entre forças/grupos sociais diversos, em disputa pela inscrição dos seus projetos – visões de mundo – específicos” (MENDONÇA, 1998, p. 24).

Entre as lutas travadas até o presente momento, está a atividade da pesca tradicional e a atividade da pesca industrial. O conflito permanece em voga nos diálogos entre as lideranças, especialmente a comunitária, que se sente ameaçada. Desde antes do processo de institucionalização da RESEX, Pereira e Teixeira (2016, p. 192) apontam que os moradores pleiteavam medidas mitigadoras contra a entrada de embarcações provenientes de outros estados, que tinham como principal objetivo “caçar o Mero” nos mares de Cururupu. Essa atividade persiste e se intensificou diante da diminuição da fiscalização da biodiversidade, intensificada com o contexto precário imposto nos últimos anos pelo governo do então Presidente da República Jair Bolsonaro, que deu apoio direto às atividades ligadas à devastação

ambiental, tais como o agronegócio, o garimpo, a mineração, a pesca industrial, além de retirar investimentos de instituições e órgão responsáveis por tais fiscalização, o que deixou claro o seu desprezo pelas questões ambientais (FEARNSIDE, 2022).

A conjuntura citada aprofundou os problemas sociais e afetou os modos de vida de milhares de seres humanos, que vivem em comunidades tradicionais. É importante expor que apesar de termos no país a centralidade do modelo agroexportador, existe um abismo entre os projetos políticos referentes à questão ambiental do governo do Presidente Jair Messias e outros. Após a redemocratização do país, entre projetos políticos liberais ou sociais, de cunho conservador ou progressista, os governos focaram na ampliação e aprimoramento dos aparatos legais ambientais. Já o Governo Bolsonaro atuou com desprezo por tais questões, rompendo acordos internacionais, criando intrigas diplomáticas e fragilizando os órgãos fiscalizadores estatais, impondo a comunidades tradicionais a dificuldade em gerar a própria subsistência. Nas palavras de Rocha e Barros (2022, p. 116).

A militância do então presidente da república, Jair Messias Bolsonaro e seus discursos inflamados, acabou por autorizar a expansão do agronegócio na Amazônia, pantanal e cerrado, provocando queimadas, invasão de terras indígenas, quilombolas e de pequenos agricultores, ao passo que reduziu os recursos financeiros para os órgãos fiscalizadores como é o caso do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (ROCHA & BARROS, 2022, p. 116).

Conforme os autores, apesar das semelhanças, as particularidades de cada governo devem ter a nossa atenção. Entretanto, a prioridade ao grande latifúndio e à concentração de terra, se configura bem mais como uma agenda do Estado do que uma política de específico governo. Com a exploração dos recursos naturais, exploração do trabalho, expropriação de terras e diversas ocorrências de práticas predatórias ao meio ambiente. Na reserva, destacam-se a caça de animais silvestres, captura e comercialização de aves, pesca com a prática conhecida como zangaria¹³ em áreas e locais não permitidos, além da captura do Mero, espécie protegida por lei¹⁴ até o ano de 2023. Essa é a realidade captada pelas entrevistas e relatos de vida coletados com as lideranças comunitária da Resex.

Como exemplo, a Comunitária B conta que as lideranças são vistas como “ponto de referência” para a fiscalização da pesca no território da unidade, tendo ela, já sido chamada em

¹³ Trata-se de uma armadilha fixa em formato de semicírculo sustentada por estacas onde é colocada uma rede, que fica suspensa. (MMA, 2017, p. 65).

¹⁴ Protegida por meio da **Portaria N° 13/2015 (MPA/MMA) que estabelece a proibição da captura, transporte e comercialização do peixe em território nacional.**

diversas ocasiões e “convidada” a permanecer por uma semana em uma das ilhas, para observar embarcações de outras localidades, maiores e mais equipadas, que estavam no local.

“PASSANDO A BOIADA”: A RESEX DE CURURUPU EM CENÁRIO DE DESMONTE AMBIENTAL

A pandemia nas comunidades tradicionais com seu conflito visível e invisível materializado na segregação da população, que ainda luta para existir como cidadãos e para ter o acesso a direitos básicos, foi ainda mais cruel. O governo minimizou a crise sanitária no país expondo nossas violentas entranhas e assimetrias históricas. Junto com a pandemia, muitos sofreram diretamente as consequências do desmonte¹⁵ da agenda ambiental sob a gestão de Ricardo Salles, que propôs como pauta do seu ministério unir esforços para “ir passando a boiada” na legislação ambiental. Vale ainda destacar o apoio a projetos com objetivo de impor obstáculos para criação de novas UCs (PL 5624/2019 e PL 2001/2019), até de coexistência de áreas privadas dentro das UCs para exploração econômica (PL 629/2022), geralmente sob alegação que a “criação de imensas áreas de unidades de conservação e de terras indígenas, sobretudo na Amazônia Legal” estaria “impactando” as atividades econômicas na região.

Tais posições favoreceram a ausência de fiscalização na Resex de Cururupu, o que motivou as lideranças a evocarem uma maior participação do ICMBio, bem como a atualização das estratégias dispostas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e no Plano de Manejo da Unidade, como a atualização do Cadastro de Moradores e a Renovação do Conselho Deliberativo¹⁶ da RESEX). Com a situação de calamidade pública em decorrência da Pandemia de Covid-19, as Unidades de Conservação Federais foram fechadas para visitação por meio da Portaria ICMBio nº 227/2020, levando em consideração a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN). De acordo com lideranças do NGI, foram preparados *cards* e vídeos esclarecendo os riscos de visitantes não-familiares. Segundo uma das lideranças, o papel do órgão foi de orientação e reforço sobre a importância

¹⁵ Conforme [Do início ao fim: o meio ambiente no governo Bolsonaro – Jornal do Campus \(usp.br\)](#) (2020) existe por parte do governo federal uma política sistematizada de desmonte da proteção ambiental instituída para beneficiar a exploração econômica sobretudo para o avanço da monocultura, latifúndio, madeireiras e mineradoras.

¹⁶ As lideranças diziam que o Conselho Deliberativo já “caducou”, por não ser renovado desde o ano de 2019. A renovação ocorreu em setembro de 2023, ocasião em que foram realizadas eleições e reuniões nas ilhas.

do respeito aos decretos federais e estaduais, mas não efetivamente de controle e monitoramento da visitação neste período (ICMBIO, 2020; ENTREVISTA, 2022).

Neste período, o ex-presidente, de forma equivocada, compreendia que as políticas ambientais eram um entrave para a economia. Isso ocorre, em grande medida, porque o discurso predominante de desenvolvimento está relacionado a uma concepção pretérita de modernidade, que se concretiza com a eliminação e mascaramento das culturas tradicionais em prol de uma cultura ocidentalizada (SILVA, 2017; SILVA & LAIBIDA, 2023). Conseqüentemente, não relaciona a importância dos espaços comunitários e do trabalho cultural ao desenvolvimento e isso acentua os abismos sociais no Brasil, país repleto de desigualdades e povoado por grupos historicamente marginalizados tanto do ponto de vista material quanto simbólico (QUIJANO, 2005; SANTOS, 2021; YOUNG & SPANHOLI, 2020, WARREN, 2017).

Como coloca Tilly (1996, p. 162), a intervenção do Estado, também favorece a ação coletiva popular se não sob a forma de resistência, aparece sob a forma de reivindicações. Todavia, o modo com que, historicamente, se estruturam as classes é significativo na determinação e organização do Estado, “seu aparelho repressivo, sua administração fiscal, seus serviços, suas formas de representação”. Embora os moradores utilizem o termo Resex e participem das atividades de gestão da reserva, a ideia desse espaço ainda está sendo construída em grupo. Os comunitários buscam ciência dos seus direitos e deveres e constituem um repertório de ação coletiva com as mobilizações, que podem ser melhor observadas em situações de prova (nas quais os indivíduos se dão conta de que não é mais possível permanecer da forma em que se encontram) e também em cooperações em prol de objetivos comuns, como nos primeiros diálogos para a consolidação do território em RESEX e recentemente, quando houve, segundo o Comunitário B, “uma vaquinha” para que a AMREMC pudesse regularizar sua situação junto à Receita Federal e obter um CNPJ (BOLTANSKI, THEVENOT; 1991; CEFAÏ, 2009).

O que observamos é a percepção de uma nova dimensão espacial presente na incorporação das práticas e usos desse novo território pelos comunitários, configurando-se em um desafio para os próprios atores, pois são nos momentos de prova, que eles publicam e manifestam suas insatisfações, recorrendo a gramáticas de justificação, de denúncia ou de reivindicação (BOLTANSKI; THEVENOT, 1991). Ou, como ressalta Tilly (1996), os indivíduos comuns agem juntos para fazerem as reivindicações aos detentores do poder por meio da ação coletiva. Nesse momento, constrói-se uma coesão social com abertura ao diálogo,

às trocas e a reafirmações de identidades, muitas vezes em processo de construção dessa própria identidade. O que Teisserenc (2013) denomina por “aprendizagem coletiva”.

Tilly (1996) entende que o protesto, o motim ou a rebelião não são obra das massas desarraigadas e não integradas; ao contrário, essas formas de organização vão desde as redes locais de amizade até as confederações trabalhistas ou os partidos políticos, mas com reivindicações coletivas através das redes e organizações sociais, ou seja por meio de laços de solidariedade. Na unidade, as lideranças vêm cobrando cada vez mais o órgão ambiental para regularizar as situações problemáticas, não somente por contato telefônico ou mensagens de texto, mas também a partir do envio de ofícios e visitas presenciais (CEFAÏ, 2009; ENTREVISTAS; 2020; 2022).

No que tange à atualização do Cadastro de Moradores - Documento importante para o recebimento de projetos de regularização fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e fomento das mulheres e famílias – este vinha sendo elaborado de forma manuscrita pelas próprias lideranças de cada ilha, que em uma lista, anotavam as informações de cada morador das residências. Esta mobilização autônoma começou a ser realizada na pandemia e foi finalizada pelo NGI em 2023, atualmente encontra-se em fase de consolidação dos dados, com vistas a criar um censo da Resex (ENTREVISTA; 2022, 2023).

Em algumas entrevistas, percebeu-se nas falas das lideranças comunitárias que estas seriam responsáveis pelo “social” e o ICMBIo pelo “ambiental”. Entretanto, acreditamos que, na prática, esses limites de atribuições são fluídos e indefinidos, a não ser nos documentos e legislações oficiais. A exemplo disso temos os relatos das lideranças do NGI, que pretendem planejar e executar ações de desenvolvimento socioeconômico dispostas no Plano de Manejo, e dos comunitários, que evocam para si a responsabilidade pela proteção do patrimônio pesqueiro e recadastramento dos moradores.

Enquanto as comunidades tradicionalmente têm sua agência ligada a normas informais e/ou consensuais de conduta mediadas pela cultura, o Estado é visto como um espaço de ações racionais e supostamente legítimas, o que contrapõe às práticas habituais das populações locais. Entretanto, na RESEX de Cururupu há um histórico positivo de consenso e parceria entre os comunitários e o poder público, porém, em um contexto de pandemia e de desmonte da legislação ambiental, alguns desafios começaram a surgir (SNOW, 2013). Sobre o Estado vale destacar com Hirsch (1977, p. 88) que,

Numa formação social capitalista é preciso que a exploração e a reprodução das classes não se efetuem (e não possam se efetuar) diretamente pela utilização física da violência, mas através da própria reprodução das relações de produção, regida pela lei do valor. A troca entre proprietários de mercadorias (inclusive a “mercadoria” força de trabalho) formalmente iguais e livres, produzindo uma aparência de equivalência, mediatiza a exploração do trabalho vivo pelo capital.

O Estado em uma sociedade organizada por classes sociais, no momento da produção aparece como uma instituição “exterior” aos conflitos por interesses econômicos, como se representasse a unidade dos indivíduos isoladamente. “Por via de consequência direta, e mediante todo um funcionamento complexo do ideológico, o Estado capitalista oculta sistematicamente, no nível de suas instituições políticas, seu caráter político de classe” (POULANTZAS, 2019, p. 133). Pela autonomia relativa do domínio direto do poder econômico, o Estado se configura como um campo atravessado pelas contradições e antagonismos das classes e frações dessas, em lutas. Apesar da forma política capitalista possuir características estruturais inerentes, a configuração conjuntural dos seus aparelhos e a forma específica com que ele “interfere” numa determinada formação social é sempre um resultado dos conflitos entre as frações em disputa (HIRSCH, 1977).

Localizada em São Luís, capital do Estado do Maranhão, a sede do ICMBio está distante dos conflitos existentes no campo, o que dificulta o diálogo e exacerba as forças de mobilização coletiva dos comunitários no território. Mesmo sendo negociações assimétricas, quando se organizaram, os comunitários tiraram proveito dos meios permitidos para pressionar no sentido de obter ampliação de direitos e representação direta. O Estado compõe as novas formas assumidas pela negociação (SNUC, 2000).

Como resultado das estratégias das lideranças e em uma tentativa de aproximar o contato, existe um grupo de *whatsapp* administrado pelo ICMBio e por líderes comunitários, o que, mesmo com a dificuldade de acesso à internet nas ilhas, tem facilitado o diálogo. Através da luta, da negociação e da interação sustentada com os detentores dos recursos essenciais, o Estado acaba refletindo as estruturas de classe de suas populações subordinadas, resultado da sua própria intervenção na vida dos comunitários, assumindo o caráter de ação coletiva (TILLY, 1996).

AÇÃO COLETIVA E RESISTÊNCIA NA RESEX DE CURURUPU

Em meio a contextos de opressão, somente o descontentamento e as queixas não são suficientes para que ocorra uma ação política. Para Tilly (1996, p.18-19) existem os repertórios de ação coletiva que se relacionam as suas dinâmicas históricos-espaciais. Dando, desse modo, destaque às dinâmicas emergentes nos locais que constroem formas possíveis ou repertórios de reivindicações. Um repertório é uma espécie de caixa de ferramentas cultural de que as pessoas se servem para fazer reivindicações coletivas. Através de interações contestadoras com os detentores do poder dentro de contextos históricos em mutação, formas e estratégias populares novas emergem e se estabelecem como parte do repertório.

Citamos no local estudado uma estratégia singular de reivindicação por meio de espaços de diálogo: os denominados “rádios” (Figura 02). De acordo com uma das lideranças entrevistadas, cada uma das treze comunidades habitadas tem o seu rádio, que pode ser “desde uma casa, um banco, até o pé de uma árvore”. Nesses locais, todos os dias, com hora marcada, são debatidos assuntos de interesse público e da esfera privada. Em uma dessas ocasiões tornou-se público que uma pescadora havia sofrido violência doméstica e outra havia sofrido violência física¹⁷ pelo esposo, que desejava proibi-la de comparecer a uma reunião (ENTREVISTA, 2022).

Figura 1: Rádio da Ilha De Guajerutua



Fonte: Acervo das autoras *(2023).

¹⁷ Ângela Davis (2016, p.190) cita a posição “firmemente feminista” de Susan Anthony quando esta afirma que “a oligarquia mais odiosa já estabelecida na face da terra foi a dominação do homem sobre a mulher.”.

Observamos, então, que a opressão das mulheres na localidade, assim como ocorre no resto do país, existe por questões estruturais do patriarcado. Além da violência física, ocorrem os abusos emocionais, o que pode ser constatado a partir do relato de que a “rádio” de uma das ilhas proibia¹⁸ a presença de mulheres, cujo, enfrentamento só se deu a partir da obstinação de uma liderança. Nas palavras de Alvarez (2014, p. 39) “as questões feministas só se politizam na marra.”. Entretanto, é inegável a importância desses espaços que além de “geradores de energia simbólica, são indissociavelmente “meios de sociabilidade que moldam as formas de coexistência” (CEFAI, 2009). É a ação de grupos que se acham normalmente excluídos da influência sobre os espaços de poder e tentam conseguir admissão no polity – conjunto de grupos (inclusive os grupos definidos por sua posição dentro do Estado) que são capazes de exercer rotineiramente influência política (TILLY, 1996).

Nas entrevistas surgiram questões relativas ao feminismo no âmbito da Resex de Cururupu. Indagamos as lideranças a respeito dos abusos e violência doméstica. A primeira interlocutora alega saber de poucos casos, porém, em seminário promovido pela Secretaria Municipal de Cururupu, quando questionadas se sofriam abuso, nenhuma se manifestou. A liderança acredita que muitas mulheres não têm consciência do que sofrem, tampouco que a violência doméstica não é somente física. A segunda tem ciência dos acontecimentos, embora enfatize que na “cidade acontece muito mais¹⁹”. Ela atribui esse fenômeno à dinâmica das próprias “rádios” das ilhas, local em que todos ficam sabendo o que ocorre com seus vizinhos (ENTREVISTA, 2022).

A partir das ações coletivas, é possível buscar estabelecer transformações na vida social, de forma restrita ou ampliada e, dessa forma, projetar diante do conjunto social os seus desejos e necessidades. Esses grupos utilizam a cidadania, enquanto instrumento para a construção democrática, exigem tanto a criação quanto a implementação e partilha de políticas públicas, que tornem os direitos sociais uma realidade acessível a todos (ABERS, BÜLOW, 2011; CEFAI, 2009; SNOW, 2013).

Em estudos anteriores, percebia-se que havia entre os comunitários uma pressão para que o órgão ambiental suprisse suas demandas. Agora, entretanto, as lideranças estão cada

¹⁸ O local era chamado de ‘rola cansada’, “para nenhuma mulher sentar” (ENTREVISTA, 2022).

¹⁹ Aqui, talvez haja uma baixa incidência de casos em função do silenciamento das vítimas, mas percebemos na fala da liderança que é impossível homogeneizar a condição (ainda que subalterna) das mulheres, visto que esta é permeada por diferenças históricas e culturais que são conjugadas e/ou imbricadas.

vez mais ativas na luta por igualdade e consecução dos seus direitos e as mulheres ganham centralidade neste debate pois tem se organizado tanto na AMREMC quanto na Rede de Mulheres Pescadoras para tratar da questão feminista com maior prioridade, promovendo debates e conscientizando a população sobre violência doméstica e outros temas. Já sobre a pesca, sendo esta a principal atividade produtiva realizada no território, naturalmente as mulheres também a exercem. Ressalta-se que, historicamente, em todas as sociedades conhecidas no tempo e no espaço, os homens são destinados à esfera produtiva; enquanto as mulheres, à reprodutiva sendo que aos primeiros são atribuídos maior valor tanto econômico quanto social (ALVAREZ, 2014).

Tal construção histórica e cultural também tem suas raízes na naturalização da mulher, enquanto reprodutora e subalternizada. Porém, apesar desses estereótipos em nenhuma medida terem a ver com um “destino biológico”, continuam sendo reproduzidos nas sociedades, inclusive na brasileira como podemos constatar em diversas análises empíricas. No caso particular da RESEX de Cururupu, vem ocorrendo uma alteração da forma como querem ser tratadas²⁰, de “marisqueiras” para “pescadoras”, já que realizam o mesmo²¹ trabalho que os homens com a sobreposição da extração dos mariscos e tratamento do pescado (DAVIS, 2016).

Apesar de uma das lideranças afirmar que “a maioria dos homens são muito parceiros de suas esposas”, sabe-se que o trabalho enquanto atividade que permite a produção e reprodução da vida é desempenhado por essas mulheres de forma imbricada ou justaposta. Visto que as mulheres são naturalmente destinadas ao trabalho considerado feminino (alimentação, limpeza, lavagem de roupas, etc.), à criação dos filhos e até mesmo ao cuidado de terceiros, sejam crianças, idosos, pessoas doentes ou homens aparentemente funcionais.

Analisadas por intermédio do prisma da ação coletiva, com maior autonomia, conhecimento e liberdade, as mulheres estão participando mais ativamente das arenas decisórias, cobrando o órgão gestor para o cumprimento dos seus deveres e até mesmo coordenando ações para pleitear o recebimento do Seguro Defeso, direito há muito desejado pelos pescadores. Uma outra questão diz respeito à fiscalização de ações ilegais ocorridas no interior do território. Em relação à pesca, majoritariamente as mulheres relataram sofrer

²⁰ Aqui, percebemos que há uma reconfiguração da identidade dessas mulheres, indissociável da cultura e da natureza. Esta questão pode ser melhor compreendida a partir das reflexões sobre o Feminismo Comunitário.

²¹ As mulheres não realizam a pesca em mar aberto por esta demandar desproporcional força física.

ameaças de violência física e até mesmo de morte por parte dos criminosos. Nessa perspectiva, destacamos os comunitários como força motriz para a defesa do seu território.

Não obstante, surgem questões cada vez mais complexas de serem gerenciadas como a relação entre os comunitários e os “lixos” que chegam nas praias provenientes de outros países carregados pelas correntes marítimas. Em entrevista, uma liderança relatou que em diferentes ocasiões, em quatro ilhas distintas, pescadores já encontraram pacotes contendo algo identificado como cocaína. Somente uma pessoa entregou o material para a polícia federal. Não se sabe o destino dos demais. Apesar da gravidade destes relatos, não há, até o presente momento, a articulação de ações mitigadoras para a resolução dessas problemáticas, que demandam esforços coletivos e ações do Estado.

As lideranças afirmam que ações ilegais²² estão ocorrendo com mais frequência e atribuem esse fator à diminuição da fiscalização no contexto da pandemia:

“Se antes as pessoas tinham receio de fazer as coisas que tem no Acordo de Gestão, agora não tem mais. As pessoas só querem um motivo pra não cumprir, as pessoas acabam cometendo atos que já não existiam mais, em vez de ir pra frente, de lutar por outras coisas, a gente tem que voltar tudo de novo.” (ENTREVISTA, 2022).

Contudo, verificou-se que já haviam ocorrido visitas do NGI tanto para a distribuição de cestas básicas, quanto para fiscalizações, porém não sem tensões²³. Neste período o ICMBio lutava contra o estrangulamento das políticas ambientais impostas pelo governo de Jair Bolsonaro, uma das medidas diretamente ligadas à fiscalização ambiental foi o subfinanciamento, visto que apenas 0,16% do orçamento da união foi destinado aos órgãos ambientais (FEARNSIDE, 2022). Segundo um dos líderes do ICMBio, foi necessário muitas vezes “tirar dinheiro do bolso” para pagar combustível e outras despesas para continuidade das ações no território (ENTREVISTA, 2023).

Sobre os impactos do isolamento nas comunidades, as lideranças do ICMBio relataram que a pandemia se deu em um momento de organização do NGI, desestabilizando o planejamento do órgão. A partir de 2021 e com mais força em 2022, foram retomadas atividades educativas e de fiscalização, principalmente em relação à pesca ilegal²⁴. Uma das lideranças comunitárias atribui o aumento de atividades predatórias no interior da Resex à diminuição do

²² As principais ocorrências vem sendo a captura de pesca ilegal, extração de madeira para fazer carvão e despejo de resíduos em locais inadequados.

²³ Durante a fiscalização, as lideranças do NGI alegam que alguns comunitários que realizavam pesca predatória se sentiram prejudicados pelas multas e apreensão de seus apetrechos.

²⁴ A dificuldade para escoamento do pescado exacerbou ações de pesca ilegal na Resex.

poder aquisitivo dos pescadores, visto que sua produção é menor remunerada por conta do pagamento para os chamados “atravessadores” e/ou “patrões de pesca”.

As lideranças do NGI (2022, 2023) também apontam uma agudização da pobreza em algumas ilhas como Iguará, Retiro e Porto Alegre, onde houve relatos de pessoas emocionadas porque receberam um quilo de arroz durante entrega de cestas básicas entre 2020 e 2021. Nos relatos, as famílias informavam que tinham apenas os recursos naturais disponíveis para se alimentar, como peixe e sururu. Em suas palavras:

“[os pescadores] reúnem uma quantidade de pescado, gasta combustível para ir ao centro para vender por preço baixo, e só ganham com a venda o preço mínimo de combustível para retornar para ilha ou se precisar voltar, pois não pode ficar ilhado. Esse é um nível de pobreza que escraviza. Sem condições mínimas de suporte ou outras fontes de renda.” [ENTREVISTADA C; 2022).

Deve-se frisar que a suspensão do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, conhecido como Bolsa Verde²⁵ instituído pela Lei 12.512 de 14/10/2011 e regulamentado pelo Decreto nº. 7.572, de 28/09/2011 que concedia o benefício trimestral de R\$ 300,00 às famílias em situação de extrema pobreza residentes em Unidades de Conservação, assentamentos florestais e agroextrativistas, exacerbou ainda mais a condição de vulnerabilidade das famílias e de conservação do meio ambiente, visto que as ações como o mutirão de limpeza da praia, não foram retomados até o presente momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo analisamos ações coletivas mobilizadas pelas lideranças comunitárias da Reserva Extrativista – Resex – de Cururupu, no estado do Maranhão. O novo recorte territorial confere para tais comunitários não apenas o espaço – seja ele físico ou um *locus* conceitual – mas também as tessituras das relações de poder que lhe concernem, a ambiência dos fatos, dos eventos, fenômenos e processos de territorialidades e/ou temporalidades que na dinâmica da sociedade moderna, política e democrática, não se constituiu em ruptura com a antiga ordem.

Há uma tendência analítica em indicar os efeitos devastadores do capitalismo industrial e a institucionalização das suas lógicas impostas pelo Estado. Tais análises

²⁵ Ver em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/fim-da-bolsa-verde-amplia-devastacao-da-floresta/>

negligenciam que o Estado, em grande medida, é formatado por uma historicidade socioespacial. Populações como as da Resex de Cururupu, vivenciam desafios que vem de uma história de lutas violentas por sobrevivência e por terra. Em localidades rurais, distantes do centro, das instituições estatais, com mínimos aparatos legais, os conflitos muitas vezes determinam a lei e a ordem estabelecida. Nesse ínterim, os comunitários encaram os desafios das transformações progressivas, mas também as agruras da antiga ordem.

Essa é a dialética existente no imaginário que formata os arranjos locais – entre o grupo e instituições – que apesar de se alicerçar nas forças endógenas está perpassado por concepções pretéritas que indicam a permanência de lógicas excludentes agenciadas pela história da subjugação socioespacial existente com o colonialismo. São conflitos marcados pela luta por direitos sociais, tais como o recebimento do Seguro Defeso, a organização do pescador artesanal, a celebração de convênios e projetos, a continuidade das ações dispostas no Plano de Manejo, a atualização do Cadastro dos Moradores e a fiscalização dos crimes socioambientais.

As análises discursivas nos permitem perceber que a reconhecida e muito lembrada parceria entre os comunitários e o órgão ambiental não saiu incólume de situações extremas como a pandemia e o desmonte das políticas e do subfinanciamento ambiental. Entretanto, isso também fortalece e solidifica a ação coletiva dos moradores, que são notadamente os principais impulsionadores e beneficiários internos do progresso no território.

Os conflitos existentes dentro do território da Resex materializam-se com vários embates, seja na figura dos “atravessadores” e/ou “patrões de pesca” a lucrar em cima do trabalho dos pescadores artesanais, os quais têm somente como sustento o seu conhecimento sobre o mar e os depósitos estuarinos, com a sobreposição da pandemia de Covid-19, responsável por causar uma recessão econômica global, que incidiu diretamente sob a comunidade, com elevação dos preços dos combustíveis, alimentos e demais materiais de consumo. Cita-se, a extinção de Programas de Transferência de Renda como o popularmente conhecido como Bolsa Verde, que surge com uma nova ordem espacial e desaparece causando múltiplos transtornos, pois além de suspender um auxílio econômico para a comunidade, causou descontentamento, que culminou em descuido com a biodiversidade, demonstrando uma fragilidade na percepção das relações humano/natureza, inculcada por lógicas dicotômicas, que percebem a segunda como exógena.

As situações aqui elencadas agregam informações sobre a Resex e as suas relações, podem ser debatidas, trazer novos direcionamentos e apoiar a reflexão para projeção de políticas

públicas e ações efetivas possivelmente – mas não sem esforço – transpostas pelas instâncias competentes. O órgão mais apropriado para isso, seria o Conselho Deliberativo da RESEX²⁶, uma ferramenta de inclusão participativa que reúne uma pluralidade de atores que se debruçam tanto nos conflitos, quanto na apropriação dos recursos e na identidade dos Povos & Comunidades Tradicionais, priorizando o seu etnoconhecimento.

Cabe dizer que o esforço da comunidade em se organizar deve ser, não apenas observado, mas estimulado, sem perspectiva de controle (RIBEIRO, 2016; TEISSERENC, 2014). Apesar dos conflitos existentes, os envolvidos se mantêm em Ações Coletivas as práticas culturais, celebram suas vivências e constroem relações solidárias, o que favorece a transfiguração das lógicas opressoras originadas pela matriz simbólica moderna, que ancoradas no racismo, patriarcado e privatização do bem comum, precisam ser superadas.

²⁶ O Conselho dispõe de 08 representantes de órgãos públicos, são eles: I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); II - Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)/Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Estado do Maranhão; III - Prefeitura Municipal de Cururupu; IV - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (SEMA) no estado do Maranhão; V - Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no estado do Maranhão; VI - Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); VII - Universidade Federal do Maranhão (UFMA); VIII - Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) no estado do Maranhão. E de 15 membros pertencentes à sociedade civil: 1 representante de cada comunidade, totalizando 13 membros, além da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu (AMREMC) e do Instituto GEDA (Gestão e Desenvolvimento Ambiental).

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; BÜLOW, Marisa Uon. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?** *Sociologias*, v. 13, p. 52-84, 2011.

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 18, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conceito de terras tradicionalmente ocupadas**. Seminário sobre questões indígenas. Palestra proferida, 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-9, 2004.

ALMEIDA, Mauro W de. Barbosa; ALLEGRETTI, Mary Helena; POSTIGO, Augusto. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 48, 2018.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, p. 13-56, 2014.

BERTAUX, Daniel; COSTA, Luciano Rodrigues; SANTOS, Yumi Garcia dos. O “relato de vida” como método das ciências Sociais. Entrevista com Daniel Bertaux. In: **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v.32, nº1

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. A filosofia política e a lição dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent;. **De la justification. Les économies de la grandeur**. P.: Gallimard, 1991.

CASTRO, Mariana. **Brasil de Fato**. Direitos Humanos. Elites Predatórias: Maranhão é o estado com mais assassinatos no campo em 2021, aponta relatório da CPT. 20 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/12/20/maranhao-e-o-estado-com-mais-assassinatos-no-campo-em-2021-aponta-relatorio-da-cpt>

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

COSTA, Francisco Wendell Dias. **Territórios costeiros marinhos e as “estratégias de gestão”**: o caso da Resex de Cururupu – MA. São Luís, UEMA, 2015.

ESTEVO, JEFFERSON; FERREIRA, Leila. “A política externa do governo Jair Bolsonaro para as mudanças climáticas: rupturas negativas e riscos.” In: GONÇALVES, F.; LOUREIRO, G.; MELLO, B. (org.). **Política externa do governo Bolsonaro: temas, resultados e retrocessos**. Lemos Mídia Editora, 2022. Disponível em: <https://lemosmidia.com.br/produto/politica-externa-nogoverno-bolsonaro-temas-resultados-e-retrocessos>. Acesso em: 07/mai/2022

FEARNSIDE, Philip Martin. Retrocessos sob o Presidente Bolsonaro: um desafio à sustentabilidade na Amazônia. **Sustentabilidade International Science Journal**, v. 1, n. 1, p. 38-52, 2019.

FETAEMA. **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão – ANO 2020**. São Luís. Fetaema.2021.

FETAEMA. **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão – ano 2021**. São Luís. Fetaema. 2022. Disponível em: <https://fetaema.com/wp-content/uploads/2023/03/Livro%20FETAEMA%202.pdf>.

FURTADO, Celso. Meio-ambiente, desenvolvimento e subdesenvolvimento na teoria econômica e no planejamento. **ANDRADE, MC, et al. Meio-ambiente desenvolvimento e subdesenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 1975.

ICMBio. Portaria n. 227 de 22 de março de 2020. Suspende por tempo indeterminado a visitação pública nas unidades de conservação federais. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/Icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/portarias/portarias-2020/portaria_227_22mar2020.pdf. Acesso em: 16/mai/2022.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Globo. 2001.

LA PLANTINNI François & TRINDADE Liane. **O que é imaginário?** Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

MACHADO, Adilson Matheus Borges; SOARES, Leonardo Silva; FARIA, Karla Maria Silva de. ANÁLISE ESTRUTURAL DA PAISAGEM DA RESEX DE CURURUPU, MARANHÃO, BRASIL. **REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 7-16, jan. 2022. ISSN 1982-5528. Disponível em: <http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/702>>. Acesso em: 24 out. 2023.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p.17-37.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

PEREIRA, M. **Revolução verde**. In: CALDART, R. *et al.* (orgs.). Dicionário da educação no campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Madian J. F.; TEIXEIRA, Gercilene. “Institucionalização e recomposição territorial da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu: aberturas e impasses da ação local e da gestão compartilhada” In: AQUINO-TEISSERENC, Maria José S.; SANT’ANA JÚNIOR, Horácio A.; ERTERCI, Neide (Orgs.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: EDUFMA, 2016.

RIBEIRO, T. G. Limites e desafios da participação em processos decisórios numa Unidade de Conservação. In: AQUINO-TEISSERENC, Maria José S.; SANT’ANA JÚNIOR, Horácio A.; ERTERCI, Neide (Orgs.). **Territórios, mobilizações e conservação socioambiental**. São Luís: EDUFMA, 2016.

ROCHA, Ismael Silva; BARROS, Mateus de Sá Barreto. O poder de influência do agronegócio na política externa brasileira. In: **Revista Infinitum**, v.5, nº 9, dez., p. 98-123, 2022

SHILS, Edward. **Centro e periferia**. Lisboa: Difel, 1992.

SILVA, Sylvana Kelly Marques da; LAIBIDA, Luiz Demétrio Janz. A fotografia e a dimensão espacial dos fenômenos sociais: o enquadramento espetacularizado nos Protomártires do Brasil. In: **Sociologias Plurais** - Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR. V.9, nº2, Curitiba, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sclplr/issue/view/3540/showToc>

SNOW, David A. **Framing and Social Movements**. The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements, 2013.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava-Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Etnodesenvolvimento**: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. In: Anuário Antropológico, 84, 1985, p. 11-44.

TEISSERENC, Pierre. Governança territorial em reservas extrativistas. In: **Revista Pós Ciências Sociais** v. 11, n.22, 2014.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. Clássicos 7; Tradução SOUZA, Geraldo Gerson de. São Paulo: EDUSP, 1996.

WARREN, Jonathan Frederick. **Cultures of Development**: Vietnam, Brazil and the unsung vanguard of prosperity. New York: Routledge. 2017.

WEBER, Max. Política como vocação. In: _____. **Ensaaios de sociologia**. São Paulo: Cultrix, 2011.